

Inquérito

## **Inquérito**

Rita Pais

A longa série de seminários promovida no quadro do II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa permitiu não só estender o debate além dos tradicionais centros académicos, mas também – e este era um dos objectivos centrais – auscultar as percepções dos cidadãos sobre a União Europeia.

Para perceber quais são as expectativas, as prioridades e os assuntos que mais preocupam os cidadãos, foi elaborado um inquérito sobre Portugal e o Futuro da Europa. No total, 800 inquéritos foram distribuídos pelos participantes nas diversas iniciativas, embora apenas 516 participantes tenham respondido de forma válida.

Das 516 respostas validadas, uma parte considerável (44%) são estudantes, o que condicionou também a estrutura etária da amostra: 43% dos inquiridos incluem-se no intervalo etário dos 15 aos 24 anos.

A elaboração do inquérito obedeceu ao objectivo de avaliar as opiniões sobre três grandes áreas temáticas do debate europeu: o actual impasse – dimensão, causas e cenários futuros; os valores e missões europeias –, os sectores prioritários de intervenção e os objectivos das políticas interna e externa, e a UE e o exterior – a definição das fronteiras, o processo de alargamento e a diversidade como valor fundamental.

### **I – Crise e Futuro da Europa**

O impasse político que se instalou desde o chumbo do Tratado Constitucional em França e na Holanda tem sido fortemente mediatizado, o que contribuiu para a construção de percepções negativas sobre o futuro do projecto de integração europeia. Todavia, a situação política actual parece ser relativizada pela maioria dos inquiridos, que consideram tratar-se de um momento de impasse sem grandes consequências políticas (31%), ou de uma crise semelhante a outras do passado (30%). Pelos dados recolhidos, a

tendência para a relativização da questão é mais evidente nos segmentos mais jovens dos inquiridos.

Ao contrário do que seria mais óbvio, não foi o chumbo do Tratado Constitucional a principal causa apontada para a crise, mas o afastamento progressivo entre as elites políticas e os cidadãos europeus (39%). Talvez associado a este resultado, 22% dos inquiridos referiu também o facto de a UE não dar resposta às preocupações dos cidadãos.

Ainda assim, a Constituição parece ser vista como um instrumento importante para o avanço da integração: 54% dos inquiridos considera fundamental resolver o impasse constitucional antes de avançar com novas iniciativas políticas. São os inquiridos com mais de 55 anos os que menos importância atribuem ao não francês e holandês, e que defendem uma manutenção dos Tratados actuais. Interessante é notar que a ratificação do Tratado é apontada como a melhor solução futura pela maioria dos inquiridos, independentemente do nível de gravidade que tenham atribuído à actual situação política.

As respostas ao inquérito mostram não só que a Constituição é uma questão importante e que a resolução do impasse é o cenário futuro mais desejado, mas também que esta resolução se quer célere: 40% dos inquiridos julga que a melhor solução para o impasse é a selecção de algumas secções do texto actual e posterior ratificação. A distância considerável, é apontada também a hipótese de continuar a ratificação do texto sem alterações, e apenas 10% julgam que a ideia de uma constituição deve ser abandonada.

A importância que os inquiridos atribuem à aprovação de uma Constituição está relacionada com o próprio significado político do texto constitucional: metade dos inquiridos acredita que uma Constituição reforça a legitimidade democrática da União e garante a igualdade de direitos dos cidadãos.

Esta tendência é consistente com as respostas à pergunta sobre as principais causas da crise: o distanciamento entre as elites políticas e os cidadãos só poderá ser colmatado através de um reforço da legitimidade democrática. Coerente com estes resultados é a opinião de mais de metade dos inquiridos de que o futuro mais provável para a Europa será o da aprovação de reformas políticas e institucionais que permitam um aprofundamento da integração.

Os cenários mais pessimistas, como o desmembramento da União e abandono completo do projecto de integração, ou da formação de uma nova comunidade a partir dos Estados

mais fortes da UE, são defendidos por uma minoria (5% e 17% respectivamente), em geral coincidente com a minoria que considerou o momento actual como uma crise bastante grave (21%) e sem precedentes (24%).

## **II –Valores e missões da Europa [e questões sectoriais]**

Há várias áreas em que os cidadãos desejam ver uma intervenção mais activa por parte da UE. Mais de metade dos inquiridos (53%) considera que a União deve adoptar políticas mais activas na promoção do emprego bem como noutras questões sociais. No intervalo etário dos 25 aos 39 anos, essa percentagem ascende a 70%. Estes resultados são condicionados pela actual situação económica e social do país. De uma forma mais geral, as sondagens do Eurobarómetro têm revelado que os cidadãos europeus tendem a filtrar as suas percepções sobre a comunidade através das realidades económico-políticas nacionais – dada a inexistência de um espaço público europeu, é pelo prisma nacional que as realidades europeias são apreendidas pelos cidadãos.

O Eurobarómetro de Maio de 2006 (não há dados mais recentes?) indica que, para o conjunto dos cidadãos europeus, o emprego, os direitos sociais, a agricultura e o crescimento económico são áreas sectoriais em que a intervenção da Europa se tem revelado menos eficaz, e por isso menos desejável. Pelo contrário, o ambiente, a democracia e as políticas de segurança e defesa são percebidas como áreas em que a acção comunitária tem sido mais eficaz e pode ser mais significativa. Também no inquérito sobre *Portugal e o Futuro da Europa* o ambiente e as políticas externa e de segurança foram referidas por uma parte significativa dos inquiridos, embora haja diferenças claras quando introduzida a variável idade. O ambiente é sobretudo referido pelos jovens (36% dos inquiridos entre os 15 e os 24 anos), ao mesmo tempo que a política externa e a segurança são sobretudo referidas pelos inquiridos com mais de 40 anos – e pouca expressão têm noutros grupos etários.

É notória uma tendência para identificar a União Europeia com questões económicas e sociais, mais do que políticas. Além de ser desejável uma intervenção mais activa na promoção do emprego e dos direitos sociais e da ideia de que a União deve ser parte da solução para o problema do emprego (40%), a coesão e solidariedade são considerados são temas que devem ser prioritários nos objectivos da União. De acordo com esta ideia,

a maioria dos inquiridos (40%) considera que o investimento em infra-estruturas foi o resultado mais relevante da adesão de Portugal ao projecto europeu.

São os inquiridos acima dos 40 anos – os mesmos que defendem uma maior acção comunitária ao nível da política externa e da segurança – que mais identificam a UE com os valores da paz, e que consideram ter sido a consolidação da democracia portuguesa o benefício mais evidente da adesão do país à UE.

É ainda curioso notar que – contrariamente ao que, de acordo com esta tendência, seria previsível – apenas 25% dos inquiridos, e sobretudo os mais velhos, considera que a actuação de Portugal enquanto membro da União deve concentrar-se na manutenção dos actuais mecanismos de coesão, contra 51% que defende uma actuação mais forte na promoção de uma maior dotação orçamental para as áreas do ensino e da investigação.

Tendo em conta o sentimento aparentemente favorável ao processo de alargamento que a maioria dos inquiridos demonstra, uma leitura possível destes resultados é a de que os cidadãos têm uma opinião formada sobre quais devem ser os objectivos da UE enquanto comunidade, e quais devem ser as prioridades de Portugal enquanto membro dessa comunidade. Assim, é provável que, atendendo à adesão de novos países nos últimos anos, a coesão e a solidariedade sejam de facto valores considerados fundamentais à manutenção da estabilidade política da UE, enquanto em Portugal, e sobretudo para os jovens, depois de um período de importantes investimentos em infra-estruturas, são prioritários a formação e o ensino, não só com objectivo de melhor combater o problema do desemprego, mas também de aproximar os níveis nacionais de crescimento e desenvolvimento da média europeia.

### **III – Alargamento, fronteiras e diversidade**

A grande maioria dos inquiridos (57%) crê que o principal objectivo da política externa europeia deve ser garantir que a União tem um papel influente nas grandes decisões internacionais. A promoção dos valores europeus no exterior e a garantia da segurança dos cidadãos são também referidos por uma parte dos inquiridos, embora a grande distância da primeira resposta. Consistentemente com as respostas a outras perguntas, são os inquiridos mais velhos que consideram a segurança um objectivo da política externa.

Relativamente ao alargamento, as posições são contraditórias. Embora a maioria dos inquiridos (51%) considere necessário fixar claramente as fronteiras da União (e é importante notar que esta opção é particularmente frequente entre os jovens dos 15 aos 24 anos e os inquiridos com mais de 55 anos), 45% dos inquiridos acredita que o processo de alargamento deve ser continuado, abrindo-se as negociações a todos os países que desejem aderir e reunam as condições necessárias.

Curiosamente, porque a maioria dos inquiridos atribuiu quase sempre maior peso às questões económicas, apenas os jovens entre os 25 e os 39 anos considera que a imigração deve ser abordada como uma questão económica. A maioria dos inquiridos (46%), entende que o fenómeno deve ser entendido sobretudo como uma questão de integração.

Talvez não seja por isso surpreendente que 58% dos inquiridos considere que a xenofobia na Europa tem aumentado nos últimos anos. Esta percentagem é particularmente relevante nos inquiridos com idade superior a 40 anos (perto de 70%), os mesmos que consideram a diversidade como um objectivo fundamental da UE.

### **As concepções da Europa**

Uma avaliação geral dos resultados parece permitir distinguir duas tendências divergentes, que correspondem a duas concepções diferentes da Europa.

*A Europa Económica.* A tendência que parece ser maioritária, mas que é protagonizada sobretudo pelos jovens entre os 15 e os 39 anos, constrói uma ideia de Europa que identifica o projecto com as questões económicas e sociais. A promoção do emprego e dos direitos sociais, bem como os valores da coesão e da solidariedade são entendidos como objectivos fundamentais, mas também como responsabilidades da UE. Interessante é notar que os protagonistas desta tendência parecem revelar uma consciência da distinção entre o que são os objectivos da União e os objectivos de Portugal na União. Se no primeiro caso a dimensão económica do projecto assenta sobretudo no valor da coesão, no caso de Portugal as estruturas e mecanismos comunitários devem ser utilizados no sentido de promover o aumento da competitividade do país.

Porque as questões económicas se sobrepõem à dimensão política da UE, nesta tendência é ainda possível identificar uma relativização da dimensão da crise europeia e a

identificação de uma causa objectiva para essa crise: o chumbo do Tratado Constitucional. Assim, há uma aposta clara na ratificação do Tratado como via para a resolução do impasse e para o aprofundamento da legitimidade democrática do projecto. Defendendo a solidariedade e a coesão como valores fundamentais da UE, a maioria dos inquiridos que segue esta tendência mostra-se favorável ao alargamento e à abertura das negociações a todos os países que desejem aderir à comunidade.

*A Europa Política.* Uma segunda tendência, defendida por uma minoria constituída sobretudo por uma parte dos inquiridos com mais de 40 anos, entende a integração europeia como um projecto político, assente nos valores fundamentais da paz e da democracia. Para os inquiridos que integram esta tendência, o valor da diversidade – inexpressivo nos intervalos etários mais jovens – assume uma importância significativa (40%). Pelo peso que a dimensão política do projecto europeu assume, as políticas externa e de segurança assumem também maior destaque, seja em relação a questões como a imigração, seja pelo facto de uma intervenção comunitária mais activa ser desejada nestes sectores.

Também porque a integração é percebida como política, mais do que como económica, os inquiridos que se integram nesta tendência atribuem maior peso ao impasse político actual e, mais uma vez demonstrando o peso que os valores democráticos assumem, consideram que é o défice de legitimidade democrática que mais contribui para o aprofundamento desta crise. E, nesse sentido, consideram que a solução para o impasse não passa necessariamente pela aprovação de um Tratado Constitucional, e que os Tratados actuais podem permitir manter um equilíbrio do poder. Neste contexto, os inquiridos são mais resistentes à continuação do processo de alargamento e defendem uma definição clara das fronteiras da Europa.

#### **Ficha Técnica**

O questionário foi distribuído a 800 pessoas, participantes nas diversas iniciativas ocorridas no quadro do II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa, que decorreu entre Novembro de 2006 e Abril de 2007. Foram obtidas 516 respostas válidas. O tratamento da informação estatística foi da responsabilidade da Intercampus. O relatório completo sobre os resultados do inquérito encontra-se disponível em [www.ieei.pt](http://www.ieei.pt).